



## **PEDAGOGO COM SÓLIDA FORMAÇÃO ACADÊMICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Walace Rodrigues<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo busca mostrar a necessidade das licenciaturas em Pedagogia em graduar pedagogos com uma sólida formação para atuarem na educação infantil. Consideramos aqui a educação infantil como o período escolar mais importante da vida de um estudante infantil. Esse artigo trata de fazer uma análise qualitativa a partir dos dados bibliográficos elencados. Os resultados mostram a relevância da educação infantil na formação de estudantes mais críticos e criativos, além de reafirmar a urgência em formar pedagogos que possam articular criticamente as teorias com suas práticas para atuarem na educação infantil.

**Palavras-chave:** Pedagogo; Licenciatura; Educação infantil; Ensino.

35

## **PEDAGOGUE WITH SOLID ACADEMIC BACKGROUND FOR THE INFANTILE EDUCATION**

### **Abstract**

This paper seeks to show the need for undergraduate degrees in Pedagogy to graduate pedagogues with a solid knowledge to work in early childhood education. We consider the education in early childhood as the most important educational phase of a student's life. This paper tries to make a qualitative analysis based on bibliographical data. The results show the relevance of early childhood education in the formation of more critical and creative children, as well as reaffirm the urgency to train educators with ability to critically articulate theories and practices to work in early childhood education.

---

<sup>1</sup> Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Pós-graduado (*lato sensu*) em Educação Infantil pelo Centro Universitário Barão de Mauá – SP. Pós-graduado (*lato sensu*) em Cultura e Literatura pela Faculdade São Luís – SP. Licenciado pleno em Educação Artística pela UERJ e com complementação pedagógica em Pedagogia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pós-Doutor pela Universidade de Brasília – UnB/POSLIT. Docente do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) e da Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura (PPGL). Pesquisador no grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins – GESTO e no Grupo de Estudos e Pesquisa em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, ambos da Universidade Federal do Tocantins – UFT – CAPES/CNPq.



**Keywords:** Pedagogue; Licentiate degree; Infantile education; Teaching.

## **PEDAGOGO CON SÓLIDA FORMACIÓN ACADÉMICA PARA LA EDUCACIÓN INFANTIL**

### **Resumen**

Este artículo busca mostrar la necesidad de las licenciaturas en Pedagogía en graduar pedagogos con una sólida formación para actuar en la educación infantil. Consideramos aquí la educación infantil como la fase educativa más importante de la vida de un estudiante infantil. Este artículo trata de hacer un análisis cualitativo a partir de datos bibliográficos. Los resultados muestran la relevancia de la educación infantil en la formación de niños más críticos y creativos, además de reafirmar la urgencia en formar pedagogos que puedan articular críticamente teorías con sus prácticas para actuar en la educación infantil.

**Palabras clave:** Pedagogo; Licenciatura; Educación infantil; Enseñanza.

### **Introdução**

Este texto visa refletir sobre a educação infantil brasileira e a formação de profissionais da educação que trabalham ou trabalharão nesse período da educação básica tão importante para os estudantes infantis e para o futuro brasileiro.

Nesse artigo focamos nossas análises sobre o profissional da Pedagogia<sup>2</sup>, aquele que trabalhará diretamente no primeiro nível da educação básica. Esse profissional, que tem sua imagem tão desvalorizada em nossa sociedade atual, é um dos responsáveis pela educação de qualidade que nossos filhos devem receber durante a primeira fase da educação básica.

Este escrito se coloca, metodologicamente, como um estudo teórico de caráter bibliográfico. Aqui buscamos, a partir de aportes de referências da área da educação, compreender, qualitativamente, a importância de uma sólida educação infantil e a necessidade de formar pedagogos criativos, com uma ampla gama de conhecimentos, críticos e excelentes em seu trabalho pedagógico.

---

<sup>2</sup> Utilizamos aqui a palavra “pedagogo” (no masculino) somente por questões de coerência à língua portuguesa, mas sabemos que a maior parte dos profissionais de Pedagogia é de mulheres.



## **Importância de formação sólida para os pedagogos na educação infantil**

Vemos como fundamental uma formação universitária de excelência para os pedagogos que desejam trabalhar na educação infantil, pois a forte relação entre bons professores pedagogos e boa educação infantil se faz notar no desenvolvimento das crianças e na qualidade da educação ofertada a elas.

A legislação educacional brasileira, alicerçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394), obriga os professores a terem um curso de graduação em nível de licenciatura para poder lecionar na educação básica:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996, Art. 62o)

37

Conforme nos dizem Cristiane Rogerio e Jeanne Callegari, nossa legislação garantiu a oportunidade para estudantes até 5 anos e 11 meses de estarem no ambiente escolar e de serem educados por profissionais licenciados e especializados para lidarem com essa fase da educação, conforme a seguinte citação:

A sociedade demorou a entender que infância é um período importante e as crianças são diferentes em determinadas idades. Para ter uma ideia, faz somente dez anos que o Ministério da Educação — com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases — reconheceu a educação infantil como parte da educação básica de qualquer brasileiro. Isso reflete no que é oferecido às famílias, pois, entre outras coisas, indica ser fundamental a especialização do educador. Significa que educação infantil tem de ir muito além da “tia”, das recreações, do Dia das Mães ou das canções de Natal. O seu filho precisa estar em um local com profissionais especializados que promovam rotinas baseadas em propostas pedagógicas muito bem fundamentadas. (ROGÉRIO; CALLEGARI, s/d)

Ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) busca garantir direitos educacionais para as crianças e para os adolescentes. No ECA lemos, em relação à educação infantil: “É dever do Estado assegurar à criança [...] IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1991, Art. 54). Neste sentido,



também as “Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil” (2010) e os “Referencial curricular nacional para a educação infantil” (1998) podem nos ajudar a pensar um pouco mais sobre a educação infantil.

Ainda, a educação infantil é a fase educacional considerada como sendo aquela para cidadãos de 0 até os 5 anos e 11 meses de idade. As “Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil” (2010) definem essa fase escolar da educação formal como sendo:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (BRASIL, 2010, p. 12)

Nesse sentido, uma educação infantil de excelência deve ser priorizada pelas autoridades, pais, gestores e demais profissionais, pois essa é uma fase de aprendizagens escolares muito importantes, de estreita interação social e de grandes descobertas pessoais.

A criança da educação infantil parece encontrar-se enquanto sujeito ativo dentro do ambiente escolar. É nesse espaço que ela deve poder se expressar pela via das mais variadas linguagens que lhe são (e devem ser) ofertadas e incentivadas.

Assim sendo, a educação infantil tem se revelado como uma necessidade educacional na atualidade e é uma obrigação legal do poder público a oferta de vagas suficientes e em boas escolas (com boa qualidade educacional, tanto a nível material quanto pessoal). O “Referencial curricular nacional para a educação infantil” (1998) nos mostra que:

A expansão da educação infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a seis anos. (BRASIL, 1998, p. 11)

Pensando na mesma linha do RCNEI, as crianças passaram a gozar, nas últimas décadas, de direitos legais que não tinham antes. Essa mudança de mentalidade em relação



à primeira infância se fez notar na família e na legislação educacional, refletindo-se diretamente na escola. As crianças da primeira infância passaram a ser tratadas como cidadãos de direito e como seres históricos que são. Assim, foi-lhes garantida a inserção em um importante espaço de socialização e de aprendizagens pensadas para elas: a escola de educação infantil (creches e pré-escolas). Conforme o Ministério da Educação e Cultura:

A partir da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB/1996, [...] temos o desafio de articular, no espaço das creches, pré-escolas e escolas em que funcionam salas de Educação Infantil, em parceria com as famílias, as dimensões do cuidado e educação da criança pequena, contribuindo para o desenvolvimento pleno e integral das crianças de 0 a 6 anos. Entendemos ser essa articulação um caminho institucional para considerar a criança como “sujeito de direitos”, aquela que pode usufruir dos bens e serviços que são essenciais para o seu crescimento e a sua inserção na sociedade e no meio em que vive. (BRASIL, 2006, p. 13)

Nos ambientes escolares infantis os estudantes têm a oportunidade de aprender muitas coisas interessantes, de socializarem com outras crianças de sua idade e de serem cuidadas com respeito e dignidade. Uma escola de educação infantil deve prezar por aprendizagens significativas e condizentes com a idade dos estudantes atendidos, além de ajudar no conhecimento da cultura local. Lembramos um conhecido lema das escolas de educação infantil que é “educar e cuidar”. Conforme o RCNEI:

O fato de muitas instituições atenderem em horário integral implica uma maior responsabilidade quanto ao desenvolvimento e aprendizagens infantis, assim como com a oferta de cuidados adequados em termos de saúde e higiene. Estes horários estendidos devem significar sempre maiores oportunidades de aprendizagem para as crianças e não apenas a oferta de atividades para passar o tempo ou muito menos longos períodos de espera. (BRASIL, 1998, p. 66)

Quanto à formação dos professores que trabalham em creches, Márcia Teixeira Sebastiani (2009) nos informa que os profissionais que atuam diretamente na educação infantil são menos qualificados do que aqueles que trabalham em outros níveis de ensino:

Sobre a qualificação dos profissionais que trabalham em creches e pré-escolas, ainda permanece a desigualdade: quem atua em creches tem menor qualificação. Também permanece desigual a possibilidade de oferta de vagas de acordo com a renda familiar: das 20% mais pobres, apenas 28,9% frequentam uma creche e/ou pré-escola e das 20% mais ricas, mais da metade está matriculada em uma instituição de educação infantil.



Assim mesmo, o setor público atende 76% das matrículas nesse ciclo, enquanto a área privada responde por apenas 24%. (SEBASTIANI, 2009, p. 56)

Verificamos, ainda, que o pedagogo é o profissional mais qualificado para atuar na educação infantil, porém a legislação brasileira ainda autoriza que professores somente com formação em ensino médio atendam a tal nível escolar. Verbena Moreira Soares de Sousa Lisita (2007) nos fala sobre a atividade profissional do pedagogo:

[...] pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, indireta ou diretamente vinculadas à organização e aos processos de aquisição de saberes e modos de ação, com base em objetivos de formação humana definidos em uma determinada perspectiva. Dentre essas instâncias, o pedagogo pode atuar nos sistemas macro, intermediário ou micro de ensino (gestores, supervisores, administradores, planejadores de políticas educacionais, pesquisadores ou outros); nas escolas (professores, gestores, coordenadores pedagógicos, pesquisadores, formadores etc.); nas instâncias educativas não escolares (formadores, consultores, técnicos, orientadores que ocupam de atividades pedagógicas em empresas, órgãos públicos, movimentos sociais, meios de comunicação; na produção de vídeos, filmes, brinquedos, nas editoras, na formação profissional etc.) (LISITA, 2007, p. 514)

40

Também, Wallace Rodrigues (2017, p. 71-72) nos orienta sobre o importante papel interdisciplinar do pedagogo na escola, para além do ensinar e do administrar (da gestão): “O pedagogo atual atua em várias frentes do ambiente escolar, no entanto, este profissional deve compreender a importância do trabalho interdisciplinar que leve a uma consciência do ambiente social, político e cultural dos envolvidos”.

Tal profissional tem um papel fundamental na ativação da criatividade, da inventividade, da criticidade e nas descobertas de conhecimentos que os estudantes da educação infantil fazem. Daí nosso foco específico nesse profissional e nesse período escolar, pois, geralmente, quem trabalha na educação infantil é um pedagogo (ou um professor com curso de ensino médio de formação de professor e que pretende cursar uma licenciatura).

Ainda, o profissional da área da Pedagogia deve com uma sólida base teórica da sua licenciatura para ter a capacidade de articular conceitos e práticas e aprender a partir dessa relação, reatualizando seu fazer pedagógico. Nesse sentido, o pedagogo deve sempre refletir



sobre sua prática, principalmente quando está envolvido com a educação infantil. Danilo Romeu (2008) nos informa que:

O significado de pedagogia é mais bem compreendido no contexto do conceito de práxis, no qual Freire tensiona dialeticamente a ação e a reflexão. A pedagogia que se situa no âmbito desta tensão, em que a prática e a teoria estão em permanente diálogo. Nesse sentido, pedagogia refere-se a práticas educativas concretas realizada por educadores e educadoras, profissionais ou não. Vem a ser o próprio ato de conhecer, no qual o educador e a educadora têm um papel testemunhal no sentido de refazer diante dos educandos e com eles o seu próprio processo de aprender e conhecer. (ROMEU, 2008, p. 312)

E como nossa educação pública anda tão precarizada, acreditamos que a formação dos pedagogos deve dar um enfoque especial aos conhecimentos regionais e à criticidade, desenvolvendo uma indiscutível clareza cultural e identitária num contexto regional. Conforme nos fala Wallace Rodrigues (2016), há que se pensar em formar estudantes (da educação infantil até a pós-graduação) a partir dos saberes regionais:

Num país de dimensão continental, não é possível padronizar currículos de forma homogênea (e nem os educadores críticos desejam isso!). As múltiplas possibilidades de compreensão de saberes culturais diversos nos levam a buscar uma linha de pensamento que não seja única e, assim, que não estrangule os saberes regionais. (RODRIGUES, 2016, p. 222)

Nesse sentido, acreditamos que a qualidade da formação docente de pedagogos está diretamente relacionada à qualidade da formação oferecida na educação infantil, já que o pedagogo deve ser o principal profissional a atuar nesse nível de ensino. Uma boa e ampla formação nas licenciaturas em pedagogia pode influenciar diretamente na educação infantil.

Segundo o professor Cleomar Locatelli (2016), o setor privado tem crescido muito rapidamente na oferta de licenciaturas. Essa constatação já evidencia uma precarização da formação docente, principalmente nos cursos de Pedagogia, pois à maioria das instituições privadas interessa mais os lucros do que a oferta de uma sólida formação profissional. Locatelli nos diz que:



[...] em 2002 o setor público respondia por 85% das matrículas nas licenciaturas e o setor privado 15%. Já em 2014, segundo dados do INEP, 58,77% das matrículas estão nas instituições privadas e 41,22% nas instituições públicas. Mais surpreendente ainda é o caso do curso de pedagogia que tem a incumbência de preparar para a docência na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Nesse caso são apenas 18,10% das matrículas em instituições públicas e 81,90% em instituições privadas e as matrículas na modalidade a distância representam 44,11% de todos os estudantes (LOCATELLI, 2016, p. 240)

Em um país como o nosso, onde a educação é sempre deixada de lado por políticos corruptos e desonestos, a formação do profissional pedagogo deve ser de excelência. Esse profissional deve ser crítico o bastante para entender a situação sociopolítica onde está inserido e agir construtivamente. A arte-educadora Ana Mae Barbosa (1995) nos fala, em sua área de atuação, da crueldade a que está subjugado o estudante pobre nas escolas públicas nas mãos de professores pouco críticos:

Sonegação de informação das elites para as classes populares é uma constante no Brasil, onde a maioria dos poderosos e até alguns educadores acham que esta história de criatividade é para criança rica. Segundo eles, os pobres precisam somente aprender a ler, escrever e contar. O que eles não dizem, mas nós sabemos é que, assim, estes pobres serão mais facilmente manipulados. (BARBOSA, 1995, p. 64)

Também, Paulo Freire (1997) nos alerta para a consciência de luta por uma educação melhor que cada professor deve ter. E acreditamos que isso começa na formação universitária recebida nas licenciaturas. Freire nos diz, corroborando as ideias de Barbosa, que:

Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista pela metade. As forças dominantes estimulam e materializam avanços técnicos compreendidos e, tanto quanto possível, realizados de maneira neutra. Seria demasiado ingênuo, até angelical de nossa parte, esperar que a bancada ruralista aceitasse quieta e concordante a discussão, nas escolas rurais e mesmo urbanas do país, da reforma agrária como projeto econômico, político e ético da maior importância para o próprio desenvolvimento nacional. Isso é tarefa para





educadoras e educadores progressistas cumprir, dentro e fora das escolas. (FREIRE, 1997, p. 111-112)

O pedagogo deve ser, portanto, um profissional crítico de sua realidade, da realidade social de seus alunos e da realidade de sua escola e comunidade. Ele não pode ficar inerte às injustiças. Ele deve ajudar seus alunos a problematizarem os conhecimentos e o mundo onde vivem, conforme nos informa o professor José Carlos Libâneo (2011):

O ensino, mais do que promover a acumulação de conhecimentos, cria modos e condições de ajudar os alunos a se colocarem ante a realidade para pensá-la e atuar nela. Nesse sentido, aprender a aprender não é mais que a condição em que o aluno assume conscientemente a construção do conhecimento, aprende como fazê-lo e utiliza os conteúdos internalizados (conceitos, habilidades, atitudes, valores) em problemas e necessidades da vida cotidiana. O que se agrega aqui, em termos de um pensar crítico, é a capacidade de problematizar, ou seja, de aplicar conceitos como forma de apropriação dos objetos de conhecimento a partir de um enfoque totalizante da realidade. (LIBÂNEO, 2011, p. 38)

43

Obviamente sabemos que para cada idade de estudante há maneiras de abordar criticamente determinados conteúdos. Na educação infantil não é diferente. Porém, cada pedagogo que trabalhe com esse nível de ensino deve saber muito bem como problematizar seus objetos de conhecimento. Acreditamos, portanto, que um pedagogo deve sair com uma pesada bagagem conceitual e crítica dos cursos de licenciatura para atuar na educação infantil, pois as crianças da primeira infância deve ter uma sólida base de conhecimentos e de incentivo à criatividade e ao respeito pelas diferenças.

### **Considerações finais**

Este texto buscou compreender a importância da educação infantil e a necessidade de formar pedagogos criativos, sistematizadores de pensamentos novos e desenvolvedores de conhecimentos críticos na área de educação de creches e pré-escolas. Neste sentido, os



curso de licenciatura em Pedagogia, espalhados pelos quatro cantos do Brasil, devem estimular, nos futuros pedagogos, as capacidades de sustentar suas próprias ideias educacionais e humanizadoras e formá-los para um mundo em rápida transformação.

Verificamos, ainda, que os pedagogos devem ter uma formação abrangente e de qualidade, incentivando um aprendizado crítico das realidades da escola, dos estudantes, das famílias dos estudantes, enfim, das condições socioculturais que se relacionam com sua prática profissional.

Se acreditamos que a educação infantil é uma das fases mais importantes da vida escolar de uma criança (senão a mais importante!), podemos verificar que o professor-pedagogo que trabalhe com esses estudantes compreenda a ampla dimensão da importância de sua prática pedagógica, de seus saberes, de suas concepções educacionais, de suas crenças sobre o que seja educação, entre outros pontos. Pois, como nos diz Paulo Freire (1997, p. 92) “a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor.”

44

Para concluir, levantamos aqui a relevância do trabalho do pedagogo e suas atribuições nos contextos das escolas de educação infantil enquanto uma forma de intervenção numa determinada realidade social, reafirmando, assim, a necessidade de uma formação sólida e específica do pedagogo que deseja trabalhar com crianças da primeira infância.

## Referências

BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação pós-colonialista no Brasil: Aprendizagem triangular. **Comunicação e Educação**. São Paulo, 21, pág. 59-64, jan./abr. 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36136/38856> Acesso em 31 out. 2019.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <https://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf> Acesso em 31 out. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90. São Paulo: CBIA – SP, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) Acesso em 31 out. 2019.



BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB 9.394, de 1996. Ministério da Educação, com atualizações até 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em 31 out. 2019.

BRASIL. **Proinfantil**. Livro de estudo: Módulo III. – Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. LOPES, Karina Rizek; MENDES, Roseana Pereira; FARIA, Vitória Líbia Barreto de (organizadoras). Brasília: MEC, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/mod\\_iii\\_vol2unid6.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/mod_iii_vol2unid6.pdf) Acesso em 31 out. 2019.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Volume 1. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf) Acesso em 31 out. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Coleção Leitura. 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

LISITA, Verbena Moreira Soares de Sousa. Resenha do livro: Pedagogia e Pedagogos, pra que?. **Revista Cadernos de Pesquisa**. Volume 37, número 131, maio/ago. 2007, pág. 513 a 515. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a1437131.pdf> Acesso em 31 out. 2019.

LOCATELLI, Cleomar. Política de formação docente no Brasil. **Revista Entreletras**. Araguaína/TO, v. 7, n. 2, ISSN 2179-3948 – online, p. 232-254, jul./dez. 2016, Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/issue/view/174> Acesso em 16 dez. 2017.

RODRIGUES, Wallace. Reflexões sobre o III Fórum de Licenciaturas da UFT: o currículo como campo de batalhas ideológicas. IN: **Revista Entreletras**. Araguaína/TO, v. 7, n. 2, ISSN 2179-3948 – online, p. 221-231, jul./dez. 2016, Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/issue/view/174> Acesso em 16 dez. 2017.

RODRIGUES, Wallace. O pedagogo e os projetos de educação ambiental em instituições escolares. IN: **Revista Anthesis**. UFAC, v. 5, n. 9, 2017, pág. 69-78. Disponível em: <http://revistas.ufac.br/revista/index.php/anthesis/article/view/456/758> Acesso em 16 dez. 2017.

ROGERIO, Crisitane; CALLEGARI, Jeanne. A importância da educação infantil. IN: **Revista Crescer**. Online. Sem data. Disponível em: <http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI1843-15068,00.html> Acesso em 16 dez. 2017.

SEBASTIANI, Márcia Teixeira. **Fundamentos teóricos e metodológicos da educação infantil**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

ROMEU, Danilo. Pedagogia(s). In: STRECK, D.R; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.